



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
"BOLETIM OFICIAL"

Boletim Oficial nº 7965 - Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2010

1) PROGRAMAÇÃO DOS JOGOS

Para conhecimento dos interessados, discriminamos abaixo os jogos a serem realizados, válidos pelas seguintes competições:

■ Copa Rio de Profissionais ► Turno

Data	Dia	Hora		<u>5ª Rodada</u>	Estádio
07/08	Sab	15:00	Sendas	x Quissamã	Sendas

■ Campeonato Brasileiro ► Série A ► Turno

Data	Dia	Hora		<u>13ª Rodada</u>	Estádio
07/08	Sab	18:30	Botafogo/RJ	x Atlético/MG	João Havelange
08/08	Dom	16:00	Corinthians/SP	x Flamengo/RJ	Pacaembu
08/08	Dom	16:00	Grêmio/RS	x Fluminense/RJ	Olímpico
08/08	Dom	18:30	Vasco da Gama /RJ	x Vitória/BA	São Januário

■ Campeonato Brasileiro ► Série B ► Turno

Data	Dia	Hora		<u>12ª Rodada</u>	Estádio
06/08	6ª F	21:00	América/MG	x Duque de Caxias/RJ	Arena do Jacaré

■ Campeonato Brasileiro ► Série C ► Turno

Data	Dia	Hora		<u>4ª Rodada</u>	Estádio
07/08	Sab	15:00	Macaé/RJ	x Marília/ SP	Godofredo Cruz

■ Campeonato Brasileiro ► Série D ► Turno

Data	Dia	Hora		<u>4ª Rodada</u>	Estádio
07/08	Sab	16:00	Rio Branco/ES	x América/RJ	Salvador Costa
07/08	Sab	16:00	Cene/MS	x Madureira/RJ	Moreirão

2) ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 201/10

Rubens Lopes da Costa Filho, Presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições estatutárias e,

Considerando a incidência de erro material no texto do Regulamento Específico do Campeonato da Série C da Categoria de Juniores

RESOLVE:

Corrigir a redação do § 4º do Artigo 10 da norma acima especificada, passando o referido dispositivo legal à seguinte redação:

“Regulamento Específico da Série C de Juniores

Art. 10 (...)

§ 4º - Somente poderão participar do Campeonato Estadual de Juniores Série C 2010, atletas nascidos a partir do ano de 1990, inclusive.”

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2010.

RUBENS LOPES DA COSTA FILHO
PRESIDENTE DA FERJ

3) ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 202/10

Rubens Lopes da Costa Filho, Presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições estatutárias e,

Considerando que o TJD/RJ, nos autos do processo nº 1090/2010 impôs liminarmente a **SUSPENSÃO** do **Artsul Futebol Clube** no Campeonato Carioca da Categoria Juvenil

RESOLVE:

Dar cumprimento à decisão do TJD/RJ, determinando, por consequência, a suspensão, a partir desta data, de todas as partidas programadas para o clube pelo Campeonato Carioca da Categoria Juvenil de 2010, inclusive aquela que eventualmente seria disputada já na próxima rodada da competição, ficando os adversários e árbitros dispensados do comparecimento aos jogos suspensos, aplicando-se em relação a estes o disposto no artigo 76, § único do Regulamento Geral das Competições da FERJ de 2010.

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2010.

RUBENS LOPES DA COSTA FILHO
PRESIDENTE DA FERJ

4) ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 203/10

Rubens Lopes da Costa Filho, Presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições estatutárias e,

Considerando que o TJD/RJ, nos autos do processo nº 1091/2010 impôs liminarmente a **SUSPENSÃO** do **Clube Atlético Castelo Branco** no Campeonato Carioca da Categoria Juvenil.

RESOLVE:

Dar cumprimento à decisão do TJD/RJ, determinando, por consequência, a suspensão, a partir desta data, de todas as partidas programadas para o clube pelo Campeonato Carioca da Categoria Juvenil de 2010, inclusive aquela que eventualmente seria disputada já na próxima rodada da competição, ficando os adversários e árbitros dispensados do comparecimento aos jogos suspensos, aplicando-se em relação a estes o disposto no artigo 76, § único do Regulamento Geral das Competições da FERJ de 2010.

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2010.

RUBENS LOPES DA COSTA FILHO
PRESIDENTE DA FERJ

5) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA

Informamos que seguem em anexo ao presente boletim às seguintes comunicações:

- nº - **565/10** - Despacho do Presidente do TJD
- nº - **566/10** - Despacho do Presidente do TJD
- nº - **567/10** – Decisão da 1ª Comissão Disciplinar Regional
- nº - **568/10** – Despacho do Presidente
- nº - **569/10** - Despacho do Relator

RUBENS LOPES DA COSTA FILHO
PRESIDENTE DA FERJ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2010.

Comunicação nº 565/10 - TJD/RJ

Despacho do Presidente do Tribunal de Justiça
Desportiva / RJ

Processo: 1090/2010

Requerente: PROCURADORIA DA JUSTIÇA
DESPORTIVA DO TJD/RJ

Requerido: ARTSUL FC

I - Trata-se de Denúncia com pedido de liminar *inaldita altera pars*, com fulcro no art. 119 do CBJD, requerida pela D. Procuradoria da Justiça Desportiva do TJD/RJ em face do ArtSul FC sob alegação de transgressão aos artigos 223, do CBJD e art. 76, parágrafo único, do Regulamento Geral das Competições (Temporada 2010).

II - Tal medida requerida encontra amparo legal no art. 119 c/c art. 9º, *caput* e art. 27, inciso I, letra “g”, todos do CBJD, passo a examinar o requerimento de plano, valendo ser ressaltado que a medida é plenamente tempestiva, eis que oferecida no prazo de lei, bem como o referido Campeonato está sendo realizado e, ainda, por se tratar de medida incidental que está sendo requerida no curso da dilação probatória.

III - É imperioso destacar que o novo CBJD atribui ao Presidente do TJD competência em caráter excepcional e no interesse do desporto, em decisão fundamentada, para conceder liminar quando houver fundado receio de dano irreparável, artigo 119 CBJD (redação dada pela Resolução do CNJ nº 29/2009).

VI - Conforme se depreende da denúncia oferecida pela D. Procuradoria, o Denunciado encontra-se em débito com relação à pena pecuniária aplicada no processo 937/2010, por este E. Tribunal, pois não juntou aos autos até a presente data o comprovante do pagamento encontrando-se, portanto, igualmente até a presente em situação irregular.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

V- Contudo, como bem salientou a D. Procuradoria o impedimento sumário de disputar campeonato, torneio ou equivalente de categoria organizado pela FERJ prescinde, em respeito aos princípios insculpidos no art. 2º, do CBJD, do exercício da mais ampla defesa com a consequente dilação probatória.

VI - Entretanto, a permanência do Denunciado no campeonato, infringe o disposto no art. 76, § único, do Regulamento Geral das Competições, e o não cumprimento dos pagamentos das penas pecuniárias, conforme descritas nos Regulamentos, não podem ficar sem guarida, razão pela qual a medida inominada, em boa hora vinda ao mundo jurídico pelo novo CBJD, traz a possibilidade de ver reparado eventual dano como está a ocorrer no caso presente.

VII - Assim, diante desse quadro fático e em um juízo perfunctório, vislumbro a existência de *fumus boni iuris* na presente, face aos fatos narrados na denúncia e, também, a existência do *periculum in mora* na razão direta em que o Campeonato Estadual de Juvenil, encontra-se em curso havendo, portanto, fundado receio de dano irreparável com prejuízo, inclusive, para os demais clubes participantes do campeonato que estão cumprindo rigorosamente com suas obrigações.

VIII - Na exposta conformidade, CONCEDO A LIMINAR REQUERIDA, SUSPENDENDO O ART SUL FC DA PARTICIPAÇÃO DO CAMPEONATO ESTADUAL DE JUVENIL, ATÉ O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO PECUNIÁRIA, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis e capituladas no artigo 76, § único, do Regulamento Geral das Competições e no artigo 223, do CBJD.

IX - Dê imediata ciência a FERJ por ofício, se for o caso inclusive via *fax* (art. 47, § 1º, do CBJD) ou outro meio eletrônico, do inteiro teor da presente.

X - Determino a distribuição nos termos do artigo 78-A, do CBJD.

XI - Após, abra-se vista ao Requerido (art. 119, § 2º, do CBJD)

Publique-se e cumpra-se.

ANTONIO VANDERLER DE LIMA
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2010.

Comunicação nº 566/10 - TJD/RJ

Despacho do Presidente do Tribunal de Justiça
Desportiva / RJ

Processo: 1091/2010

Requerente: PROCURADORIA DA JUSTIÇA
DESPORTIVA DO TJD/RJ

Requerido: CA CASTELO BRANCO

I - Trata-se de Denúncia com pedido de liminar *inaldita altera pars*, com fulcro no art. 119 do CBJD, requerida pela D. Procuradoria da Justiça Desportiva do TJD/RJ em face do CA CASTELO BRANCO sob alegação de transgressão aos artigos 223, do CBJD e art. 76, parágrafo único, do Regulamento Geral das Competições (Temporada 2010).

II - Tal medida requerida encontra amparo legal no art. 119 c/c art. 9º, *caput* e art. 27, inciso I, letra “g”, todos do CBJD, passo a examinar o requerimento de plano, valendo ser ressaltado que a medida é plenamente tempestiva, eis que oferecida no prazo de lei, bem como o referido Campeonato está sendo realizado e, ainda, por se tratar de medida incidental que está sendo requerida no curso da dilação probatória.

III - É imperioso destacar que o novo CBJD atribui ao Presidente do TJD competência em caráter excepcional e no interesse do desporto, em decisão fundamentada, para conceder liminar quando houver fundado receio de dano irreparável, artigo 119 CBJD (redação dada pela Resolução do CNJ nº 29/2009).

VI - Conforme se depreende da denúncia oferecida pela D. Procuradoria, o Denunciado encontra-se em débito com relação à pena pecuniária aplicada no processo 941/2010, por este E. Tribunal, pois não juntou aos autos até a presente data o comprovante do pagamento encontrando-se, portanto, igualmente até a presente em situação irregular.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

V- Contudo, como bem salientou a D. Procuradoria o impedimento sumário de disputar campeonato, torneio ou equivalente de categoria organizado pela FERJ prescinde, em respeito aos princípios insculpidos no art. 2º, do CBJD, do exercício da mais ampla defesa com a consequente dilação probatória.

VI - Entretanto, a permanência do Denunciado no campeonato, infringe o disposto no art. 76, § único, do Regulamento Geral das Competições, e o não cumprimento dos pagamentos das penas pecuniárias, conforme descritas nos Regulamentos, não podem ficar sem guarida, razão pela qual a medida inominada, em boa hora vinda ao mundo jurídico pelo novo CBJD, traz a possibilidade de ver reparado eventual dano como está a ocorrer no caso presente.

VII - Assim, diante desse quadro fático e em um juízo perfunctório, vislumbro a existência de *fumus boni iuris* na presente, face aos fatos narrados na denúncia e, também, a existência do *periculum in mora* na razão direta em que o Campeonato Estadual de Juvenil, encontra-se em curso havendo, portanto, fundado receio de dano irreparável com prejuízo, inclusive, para os demais clubes participantes do campeonato que estão cumprindo rigorosamente com suas obrigações.

VIII - Na exposta conformidade, CONCEDO A LIMINAR REQUERIDA, SUSPENDENDO O CA CASTELO BRANCO DA PARTICIPAÇÃO DO CAMPEONATO ESTADUAL DE JUVENIL, ATÉ O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO PECUNIÁRIA, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis e capituladas no artigo 76, § único, do Regulamento Geral das Competições e no artigo 223, do CBJD.

IX - Dê imediata ciência a FERJ por ofício, se for o caso inclusive via *fax* (art. 47, § 1º, do CBJD) ou outro meio eletrônico, do inteiro teor da presente.

X - Determino a distribuição nos termos do artigo 78-A, do CBJD.

XI - Após, abra-se vista ao Requerido (art. 119, § 2º, do CBJD).

Publique-se e cumpra-se.

ANTONIO VANDERLER DE LIMA
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2010.

COMUNICAÇÃO Nº 567/10 – TJD/RJ

DECISÃO DA “1ª” COMISSÃO DISCIPLINAR REGIONAL - CDR -
TJD/RJ

Sob a Presidência do Auditor Dr. Jonei Garcia, presentes os Auditores Dr. José Carlos Ribeiro Alves, Dr. Daniel Portugal, Dr. Herbert Cohn e Dr. Odilon Reis e a Procuradora Dra. Caroline Nogueira Accioly, reuniu-se às 17 horas do dia 02 de Agosto de 2010, no auditório do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado do Rio de Janeiro no Plenário Dr. Homero das Neves Freitas, situado à Rua do Acre, 47, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro, a 1ª Comissão Disciplinar Regional tomando as seguintes deliberações:

1) Aprovada a ata da sessão anterior

2) Processo: nº 1052/10

1º) Denunciado: Rubro Social EC (ASSOCIAÇÃO)

Tipificação: Art. 211 do CBJD

Jogo: Rubro Social EC X CR Flamengo

Categoria: Estadual - Juvenil

Data jogo: 03/07/2010

Representante legal do denunciado: Dr. Marcelo Mendes

Auditor Relator: Dr. Herbert Cohn

Resultado: Foi apresentada prova documental pela defesa.

Por unanimidade de votos, absolvido o denunciado, quanto à imputação do art. 211 do CBJD.

3) Processo: nº 1054/10

1º) Denunciado: Leandro Viana da Silva Carvalho (Árbitro da partida)

Tipificação: Art. 266 do CBJD

Jogo: Mesquita FC X C.A. Castelo Branco

Categoria: Estadual - Juvenil

Data jogo: 03/07/2010

Representante legal do denunciado: Dr. Sérgio Florêncio

Auditor Relator: Dr. Odilon Reis

Resultado: Por unanimidade de votos, suspenso o denunciado em 30 (trinta) dias, sendo a pena convertida em advertência, quanto à imputação do art. 266 do CBJD.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

4)Processo: nº 1055/10

1º)Denunciado: Carlos Borges Ferraz (Árbitro da partida)

Tipificação: Art. 266 do CBJD

Jogo: Itaboraí Profute FC x União Central FC

Categoria: Estadual - Juvenil

Data jogo: 03/07/2010

Representante legal do denunciado: Dr. Sérgio Florêncio

Auditor Relator: Dr. Herbert Cohn

Resultado: Por unanimidade de votos, suspenso o denunciado em 30 (trinta) dias, sendo a pena convertida em advertência, quanto à imputação do art. 266 do CBJD.

5)Processo: nº 1056/10

1º)Denunciado: Jonathan dos S. Oliveira (Atleta do Grêmio Mangaratibense)

Tipificação: Art. 254 do CBJD

Jogo: Grêmio Mangaratibense X Sendas EC

Categoria: Estadual - Juvenil

Data jogo: 03/07/2010

Representante legal do denunciado: Dr. Marcelo Mendes

Auditor Relator: Dr. Daniel Portugal

Resultado: Por unanimidade de votos, suspenso o denunciado em 1 (uma) partida, sendo a pena convertida em advertência, quanto à desclassificação do art. 254 para o art. 250 do CBJD.

6)Processo: nº 1057/10

1º)Denunciado: Wanderson Henrique de Souza Brandão (Atleta do Campo Grande AC)

Tipificação: Art. 254 do CBJD

Jogo: Campo Grande AC X Macaé Esporte FC

Categoria: Estadual - Juvenil

Data jogo: 03/07/2010

Representante legal dos denunciados: Revel

Auditor Relator: Dr. Odilon Reis

Resultado: No mérito, por maioria de votos (2X3), suspenso o denunciado em 1(uma) partida, quanto à desclassificação do art. 254 para o art. 250 do CBJD.

Votos vencidos dos Auditores Dr. Odilon Reis e Dr. Jonei Garcia, que suspendiam o denunciado em 2 (duas) partidas, quanto à imputação do art. 254 do CBJD e aplicavam multa de R\$200,00 (duzentos) reais, quanto à imputação do art. 258-D, do Dr. Daniel Portugal que suspendia o denunciado em 2 (duas) partidas, quanto à imputação do art. 254 do CBJD.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

7) Processo: nº 1058/10

1º) Denunciado: Luan Carlos da Silva Dutra (Atleta do Volta Redonda FC)

Tipificação: Art. 254 do CBJD

Jogo: Duque Caxiense FC X Volta Redonda FC

Categoria: Estadual - Juvenil

Data jogo: 03/07/2010

Representante legal do denunciado: Dr. Marcelo Mendes

Auditor Relator: Dr. Daniel Portugal

Resultado: Por unanimidade de votos, suspenso o denunciado em 1 (uma) partida, sendo a pena convertida em advertência, quanto à desclassificação do art. 254 para o art. 250 do CBJD.

8) Processo: nº 1059/10

1º) Denunciado: Wesley de Lima Soeiro (Atleta do Botafogo FR)

Tipificação: Art. 258, II do CBJD

2º) Denunciado: Alexandre Vargas Tavares de Jesus (Árbitro da partida)

Tipificação: Art. 266 do CBJD

Jogo: Bangu AC X Botafogo FR

Categoria: Série A - Juniores

Data jogo: 03/07/2010

Representante legal do denunciado: Dr. André Alves (Botafogo FR) e Dr. Sérgio Florêncio (Árbitro)

Auditor Relator: Dr. José Carlos Ribeiro

Depoimento do Árbitro

Nome: Alexandre Vargas Tavares de Jesus

RG: 217121243 - DIC - RJ

Perguntado pelo Auditor Dr. Daniel Portugal, o depoente respondeu: “que procurou se informar a cerca da identidade dos supostos membros da Comissão Técnica; respondeu que reputa que as pessoas não identificadas são funcionários dos respectivos clubes, não conseguindo identificá-los, mas que procedeu ao registro por dever de ofício capitulado no art. 266 do CBJD.”

Perguntado pelo auditor Dr. Odilon Reis, o depoente respondeu que: “se sentiu ofendido até proferir, você não vai para o profissional!”

Perguntado pela Procuradora, o depoente respondeu que: “a pessoa que estava vestida com a camisa do Botafogo FR, trajando calça jeans, estava dentro do vestiário do referido clube, declarando ainda que se tratava de um funcionário do Botafogo FR.”

Perguntado pela defesa, o depoente respondeu que: “as situações ocorreram muito rápido.”

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Resultado: Por unanimidade de votos, suspenso o 1º denunciado em (três) partidas, quanto à imputação do art. 258, II do CBJD.

Por unanimidade de votos, absolvido o 2º denunciado, quanto à imputação o art. 266 do CBJD.

9)Processo: nº 1061/10

1º)Denunciado: Luciano César Viana Melo (Técnico do América FC)

Tipificação: Art. 258, II do CBJD

Jogo: Volta Redonda FC X América FC

Categoria: Série A - Juniores

Data jogo: 03/07/2010

Representante legal do denunciado: Revel

Auditor relator: Dr. José Carlos Ribeiro

Resultado: Por unanimidade de votos, suspenso o denunciado em 1 (uma) partida, sendo a pena convertida em advertência, quanto à desclassificação do art. 258, II para o art. 258 §1º do CBJD.

10)Processo: nº 1062/10

1º)Denunciado: Myke Swell de Paula (Atleta do Fênix FC)

Tipificação: Art. 254 do CBJD

Jogo: Botafogo FR X Fênix FC

Categoria: Estadual - Juvenil

Data jogo: 03/07/2010

Representante legal do denunciado: Revel

Auditor relator: Dr. Daniel Portugal

Resultado: No mérito, por maioria de votos, suspenso o denunciado em 2(duas) partidas, quanto à imputação do art. 254 do CBJD e multado em R\$200,00 (duzentos) reais, quanto à imputação do art. 258-D do CBJD. Votos vencidos dos Auditores Dr. José Carlos Ribeiro e Dr. Jonei Garcia, que suspendiam o denunciado em 4 (quatro) partidas quanto à imputação do art. 254 do CBJD e multavam em R\$200,00(duzentos) reais, quanto à imputação do art. 258-D do CBJD.

11)Processo: nº 1063/10

1º)Denunciado: Maikon de Lima Baptista (Atleta do Duque de Caxias FC)

Tipificação: Art. 254 do CBJD

2º)Denunciado: Gilson Junior Pinheiro (Atleta do Madureira EC)

Tipificação: Art. 254 do CBJD

3º)Denunciado: Rodrigo Bastianelli Barros (Atleta do Duque de Caxias FC)

Tipificação: Art. 254 do CBJD

Jogo: Madureira EC X Duque de Caxias FC

Categoria: Estadual - Juvenil

Data jogo: 03/07/2010

Representante legal do denunciado: Dr. Marcelo Mendes (Duque de Caxias FC)

Auditor relator: Dr. José Carlos Ribeiro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Resultado: Processo baixado para secretaria, para ser feita a devida correção na citação do atleta Rodrigo Bastianelli, que é do Duque de Caxias FC e não do Madureira EC, pois o mesmo foi citado como sendo do Madureira EC.

12)Processo: nº 1064/10

1º)Denunciado: Victor Hugo Santos Brandão (Atleta do América FC)

Tipificação: Art. 254 do CBJD

Jogo: América FC X Futuro Bem Próximo FC

Categoria: Estadual - Juvenil

Data jogo: 03/07/2010

Representante legal do denunciado: Revel

Auditor relator: Dr. Jonei Garcia

Resultado: Por unanimidade de votos, suspenso o denunciado em 4 (quatro) partidas, quanto à desclassificação do art. 254, para o art. 254-A do CBJD e multada a associação em R\$500,00 (quinhentos) reais, quanto à imputação do art. 258-D do mesmo Diploma Legal.

13 Todos os apenados com previsão dos benefícios do art. 182 do CBJD, gozarão dos mesmos por ocasião dos cumprimentos das obrigações.

14) Todos os resultados do julgamento da presente sessão foram proclamados ao termino de cada julgamento, em conformidade com o disposto no art. 133 do CBJD.

15 OS PAGAMENTOS DAS PENAS PECUNIÁRIAS DEVERÃO SER QUITADOS EM ATÉ 10(DEZ) DIAS, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. CABE TAMBÉM RESSALTAR, QUE NO MESMO PRAZO DEVERÁ SER COMPROVADO JUNTO A SECRETARIA DESTA E. TRIBUNAL O PAGAMENTO DE TAL OBRIGAÇÃO, NOS MOLDES DO CONTIDO NO ART. 176-A § 1º DO CBJD, SOB PENA DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO.

16 O Procurador se manifestou em todos os processos.

17) Sem mais, foi encerrada a sessão às 20horas.

Rio de janeiro, 04de agosto de 2010.

Dr. Jonei Garcia
Presidente da Comissão

Lobyanka Almeida de Souza
Secretária Adjunta do TJD/RJ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2010.

Comunicação nº 568/10 - TJD/RJ

Despacho do Presidente

**Processo 984/10: Recurso Voluntário com Pedido de Efeito
Suspensivo**

Recorrente: Barra Mansa FC (atleta: Rhomulo Yuri S. dos Santos)

Recorrido: Decisão da 2ª Comissão Disciplinar Regional (que suspendeu o Atleta Rhomulo Yuri S. dos Santos com 4 (quatro) partidas, quanto à imputação do art. 254 do CBJD

Despacho: 1. Preenchidos os requisitos recursais de admissibilidade (art. 138-B, CBJD) e atendido o disposto no art. 138, inciso III, CBJD, admito o recurso;

2. Determinei a distribuição, por sorteio (art. 138-C, CBJD), sendo sorteado para a relatoria o I. Auditor Dr. Sérgio Carlos Soares Saraiva.

3. Encaminhem-se os autos ao D. Relator.

4. Publique-se e cumpra-se.

Antônio Vanderler de Lima
Presidente TJD/RJ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2010.

Comunicação nº 569/10 - TJD/RJ

Despacho do Relator

Processo 984/10: Recurso Voluntário com pedido de Efeito Suspensivo)

Recorrente: Barra Mansa F.C (Rômulo Yuri dos Santos)

Recorrido: Decisão da 2ª Comissão Disciplinar Regional

Despacho: 1. Recurso Voluntário com pedido de Efeito Suspensivo do Barra Mansa F.C, contra decisão da 2ª Comissão Disciplinar Regional (fls. 37/38) que aplicou, com fulcro no art. 254-A do CBJD, a pena de 04 (quatro) jogos de suspensão ao Atleta Rômulo Yuri dos Santos.

DEFIRO O EFEITO SUSPENSIVO REQUERIDO

2. Vislumbro no requerimento do Recorrente os pressupostos ensejadores de tal instituto, conforme disposto no art. 147-A do CBJD, face ao meu convencimento quanto à verossimilhança das alegações.

3. Ocorre que o não deferimento do efeito suspensivo no caso em tela, devido à falta de pauta para o julgamento deste pleito no Tribunal Pleno, trará enorme prejuízo ao clube detentor dos direitos federativos do recorrente, pois ficará este impedido de utilizar o atleta na Copa Rio.

Sergio Carlos S. Saraiva
Relator